

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

**OS DESAFIOS QUE PERMEIAM A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIAS¹**
**THE CHALLENGES THAT PERMEATE THE SCHOOL INCLUSION OF
CHILDREN WITH DISABILITIES**

**Amanda Schaefer Moreira², Andressa Aparecida Da Silva Horback³,
Carolina Baldissera Gross⁴**

¹ Projeto de pesquisa desenvolvida no componente curricular Modelos de Pesquisa em Psicologia, durante o primeiro semestre de 2019.

² Aluna de graduação no curso de Psicologia na Unijuí.

³ Aluna de graduação no curso de Psicologia da Unijuí

⁴ Docente do curso de graduação de Psicologia - DHE - Unijuí.

Introdução

A inclusão de crianças com deficiência na escola é de suma importância para seu melhor desenvolvimento e interação. Os problemas de adaptação são inúmeros e afetam diretamente na aprendizagem, além de dificultarem nas relações sociais da criança. Conhecer o conceito de inclusão e aplicabilidade se torna fundamental nesses casos. Por meio da adequação das práticas pedagógicas e docentes capacitados, é possível que crianças com deficiência frequentem escolas de ensino básico que não são só para crianças especiais, contribuindo, assim, para que a inclusão não se torne exclusão. A inclusão representa ganho para todos, de modo que significa a valorização da diversidade, que faz parte do cotidiano.

Metodologia

Esse trabalho é constituído a partir de uma revisão bibliográfica realizada nas principais bases de dados disponíveis atualmente, segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos.

Resultado e discussão

O conceito de inclusão, visando o meio escolar, consiste na ideia de todas as pessoas terem acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino. Tendo a escola, um papel muito importante na promoção da inclusão social, pois geralmente é onde se inicia um ciclo, além do mais a inclusão exige a participação de todos os membros que compõem a escola. Segundo Stainback & Stainback (1990), A inclusão é uma consciência de comunidade, uma aceitação das diferenças e uma corresponsabilização para obviar as necessidades dos outros.

No entanto, enquanto portadoras de necessidades especiais, as crianças enfrentam inúmeras

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

dificuldades no ambiente escolar. Embora, atualmente, o número de docentes que possuem algum tipo de especialização na educação especial tenha crescido, há, ainda, uma demanda muito maior.

Historicamente, verificaram-se na educação brasileira sistemas educacionais onde as crianças com deficiência permaneciam segregadas em escolas especiais, de forma excludente e conservadora. Da mesma forma, antigamente muitas não eram apresentadas socialmente, prejudicando assim, ainda mais, o desenvolvimento e desempenho da criança. Atualmente é mais comum que essas crianças frequentem escolas de ensino básico, visto que só agora elas vêm ganhando espaço no cenário escolar. Porém, a inclusão nessas escolas muitas vezes acaba legitimando as desigualdades, pois os profissionais pouco capacitados acabam fazendo com que essa tentativa de inclusão se torne exclusão. Desse modo, as dificuldades de adaptação escolar acabam afetando diretamente a aprendizagem e a inserção da criança no meio social e com os demais colegas se torna também um problema. Para que a inclusão escolar se torne uma realidade comum, é necessário preparo por parte dos educadores e profissionais envolvidos na gestão escolar. Através do contato com práticas e metodologias que garantam acessibilidade, e do conhecimento das diferenças e necessidades de cada criança, é possível atender as especificidades, promovendo, assim, a inclusão e a valorização da diversidade, que faz parte do nosso cotidiano.

Além da escola, o governo também atua na inclusão escolar através de programas, como a implementação de salas de recursos, por intermédio do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncional; formação de professores, com base no Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade; formação de professores para o atendimento educacional especializado, mediante o Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial; Programa Escola Acessível; e Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em nível social, ele oferece o Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola é uma política pública intersetorial, que tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos. O programa foi criado por meio da Portaria Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, com finalidade de ampliar a proteção social dos beneficiários do programa. A criação do BPC na Escola constitui-se um importante mecanismo para fomentar a inclusão socioeducacional, a ampliação das aquisições para construção de autonomia e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiências, bem como, um ambiente mais inclusivo, em articulação/integração com as políticas de educação, saúde e direitos humanos. O total de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC na faixa de 4 a 17 anos no município de Ijuí em 2017 era de 792 pessoas, sete vezes mais que em 2010.

A matrícula e inclusão de crianças com deficiência é garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, nº 9394/96.

Em 1990, ocorreu a proclamação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, na conferência de Jomtien, na Tailândia, que adotou como objetivo o oferecimento de educação para todos até o ano 2000 (Ministério da Saúde, 1993; Corde, 1994; Saviani, 2000; Santos, 2000). Entre os pontos principais de discussão desta conferência, destacou-

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

se a premência de se prover maiores oportunidades de educação, implicando três objetivos diretamente relacionados entre si, e que trazem consequências à educação especial. Foram eles o estabelecimento de metas claras que aumentassem o número de crianças na escola, a tomada de providências que assegurassem sua permanência e o início de reformas educacionais que permitissem que a escola incluísse em suas atividades, por intermédio de seus professores, serviços que correspondessem às necessidades de seus alunos, das famílias e das comunidades locais. Em 1994, a conferência de Salamanca, realizada na Espanha, proporcionou oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de Educação para Todos, firmada já em 1990. Promoveu uma plataforma que afirmou o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades especiais nessas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem (Corde, 1994, p.19).

A inclusão representa ganho para todos, tanto para aqueles que apresentam dificuldades como para aqueles que não apresentam. A diversidade em sala de aula pode servir de aprendizado significativo para toda a vida, pois a convivência com crianças que possuem dificuldades despertará nos demais alunos a consciência de que somos diferentes e que cada um tem uma maneira de aprender. Por outro lado, para essas crianças, conviver em ambiente regular de ensino proporciona um estímulo para que acompanhem o ritmo dos outros, seja imitando gestos, fala, atitudes, deixando de lado certas estereotípias, ou condenação de ter que conviver apenas com aqueles que possuem dificuldades.

A inclusão possibilitou um aumento significativo no total de alunos matriculados na educação básica, segundo dados do Censo escolar da educação básica 2017, foi de 827.243 mil crianças.

O sucesso da inclusão depende, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolarização, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade e às necessidades dos educandos. É importante discutir a atuação docente junto às crianças que possuem deficiência, pensando numa inclusão com “participação e aprendizagem”. Segundo Carvalho (2012), Nesta direção, sendo a formação docente uma das dimensões fundamentais para que a inclusão ocorra, a percepção dos professores funciona como um termômetro para a compreensão e análise dos caminhos da inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Saber das dificuldades vivenciadas em sala a partir da visão de quem vive a realidade, neste caso os professores, evita a construção de quimeras espontaneístas de que basta a criança estar na sala de aula para estar incluída, sem qualquer tipo de intervenção pedagógico-didática que permita a efetiva acessibilidade da criança ao currículo.

Além do mais, um número considerável de professores tem demonstrado insegurança na administração dos conteúdos em sala de aula, ou seja, na transposição didática e na adaptação dos recursos que proporcionem a acessibilidade destes sujeitos aos conteúdos, considerando suas limitações e necessidades. O despreparo ou desconhecimento dos professores tem estigmatizado a pessoa com deficiência, camuflando suas potencialidades para aprender. Em relação a aprendizagem, a boa relação do aluno com o professor influencia positivamente no aprendizado, já

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

com colegas e direção não influi de forma tão decisiva como a tal. Pode-se perceber que à um alto índice de repetência de alunos deficientes, que é motivado pelo desconhecimento dos professores a respeito do potencial e limitações dos alunos e também pela falta de recursos que irão auxiliar o aluno na realização de diversas tarefas. Por isso destaca-se a necessidade de diálogo entre o aluno e escola, enquanto direção e professores, para que medidas de acessibilidade sejam tomadas.

A inclusão é um processo complexo que envolve diferentes agentes educacionais, inclusive o profissional da área da Psicologia, o qual pode contribuir com o trabalho conjunto entre os diferentes agentes educacionais, como o professor de sala de aula, da Educação Especial e os pais, como uma estratégia para o ensino, também pode atuar na orientação/educação de pessoas com deficiência e a atuação junto às famílias e na avaliação psicológica, orientação/educação sexual e intervenções com a equipe técnica. Evidentemente, ao considerar as especificidades de cada agente educacional é necessário estabelecer diferentes práticas pedagógicas para o ensino de tais comportamentos, visando o contexto natural em que cada um deles está inserido. Stainback & Stainbak (1999), propõem; Outro elemento relevante ao desenvolvimento da rede de apoio e da comunidade inclusiva seria a oportunidade de existir um intercâmbio, graças às diferenças individuais. Tal fortaleceria a escola, a sala de aula e ofereceria a todos os seus membros maiores condições de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa nos foi proporcionado um maior entendimento do tema, ampliando a compreensão e obtendo dados. O objetivo da pesquisa era conhecer um pouco mais essa realidade que está tão presente na sociedade mas ao mesmo tempo acaba sendo velada pela própria cultura, onde antigamente pessoas com deficiência eram privadas de sair e pouco apresentadas socialmente, além de serem mantidas em escolas só para deficientes, longe da nossa realidade. Uma dificuldade enfrentada foi a falta de informações e dados à respeito das crianças com deficiência, devido as suas barreiras para dialogar sobre como se sentem no ambiente escolar, suas potencialidades e limitações.

Palavras-chave: deficiência, educação básica, inclusão escolar.

Keywords: deficiency, basic education, school inclusion.

REFERÊNCIAS

OLIVA, Diana Villac. Barreiras e recursos à aprendizagem e à participação de alunos em situação de inclusão Prisioneiras. Barreiras e recursos à aprendizagem e à participação de alunos em situação de inclusão. Instituto de Psicologia USP [online], São Paulo. 2016, vol.27, n.3, p.492-502. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-65642016000300492&lng=en&

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

[nrm=iso&tlng=pt](#)>. Acesso em: 20 abril 2019

GRENZEL, Fabiana Boff. Aprendizagem e a possibilidade de alfabetização de crianças autistas. Revista do Seminário de Educação de Cruz Alta- RS, v.5, n.1, 2017. Disponível em: <

<http://www.exatasnaweb.com.br/revista/index.php/anais/article/view/170>>.

Acesso em: 18 abril 2019

MONTILHA, R. C. I.; TEMPORINI, E. R.; NOBRE, M. I. R. S.; GASPARETTO, M. E. R.F.; JOSÉ, N. K. Percepções de escolares com deficiência visual em relação ao seu processo de escolarização. Paidéia (Ribeirão Preto), vol.19, n.44, 2009.

Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2009000300007&lang=pt>.

Acesso em: 20 abril 2019

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), via Ministério da Educação. Dados do Censo escolar. Brasília, 2017. Disponível em: <
<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aumenta-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-mas-escolas-nao-tem-estrutura-para-recebe-los-22348736>>. Acesso em: 19 abril 2019

DELEVATI, A. L.; MEIRELLES, M. C. B.; BAPTISTA, C. R.; FREITAS, C. R.

Educação especial políticas de inclusão escolar em Santa Maria, Rio Grande do Sul (2007-2015), Cad Cedes, vol.38, n.106, 2018. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622018000300355&lang=pt >.

Acesso em: 20 abril 2019

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, nº 9394/96. Ministério da Educação, Portal do MEC. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes> Acesso em: 21 abril 2019